



REVISTA
DA ACADEMIA
DE LETRAS DA BAHIA

novembro de 2000

Nº 44



A HERANÇA E O INVENTÁRIO

Paulo Ormino de Azevedo

Não é costume festejar-se o término de um inventário com tanta festa. Ao contrário, sua conclusão é geralmente um momento de desavenças e brigas. Podia entender-se a exceção. A festa era realizada em outra comarca e a herança, embora tendo se revelado ao longo do processo maior do que podiam imaginar, não se traduzia em grandes valores materiais. De qualquer modo, as pompas da festa realizada no Teatro na bela capital com *ouverture* e *grand finale* de orquestra, com a presença de autoridades, circunspectos conselheiros e grande parte da Corte, deixaram o inventariante um tanto surpreso, face ao clima oposto que deixara trás, em sua província distante.

É bem verdade que aquela solenidade não era só para comemorar o fim de um inventário, mas de cinco outras ações protagonizadas por pessoas e instituições selecionadas entre 134 inscritas. Essa responsabilidade aumentava ainda mais sua apreensão, já que nessas ocasiões sói aparecer pretensos herdeiros inconformados por não terem sido contemplados. Sua tensão só relaxaria quando o chefe de cerimônia chamou seu nome para receber o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, edição de 1999, das mãos do ministro Marcos Vilaça, presidente do Tribunal de Contas da União, em seu nome e da equipe que realizou o inventário.¹

Para concluir o exaustivo levantamento, o grupo teve que esquadrinhar os 567.000 km² do seu estado, vagando por estradas poeirentas e esburacadas de 415 municípios, onde conseguiu identificar 1090 imóveis e 18 sítios de grande valor pertencentes à herança da velha dama, mas nem suspeitados pelos seus descendentes. Tudo reunido em seis grossos volumes de autos devidamente documentados com descrições, cadeias sucessórias, plantas e fotos, para que não restasse dúvida sobre sua origem e valor. Sentia-se o inventariante, naqueles dez minutos de reconhecimento, como que à porta do paraíso, depois de haver vagado por 25 anos no purgatório da burocracia, como todo

servidor público, sem mais que o conforto da sensação do dever cumprido. Podia finalmente arriar o fardo e respirar aliviado.

A história desse desafio começa há muitos anos, quando encarregado de arrolar os valores de sua cidade, para a extinta Coordenação de Fomento ao Turismo, aquele servidor entreviu a possibilidade de iniciar um inventário sistemático do nosso patrimônio do mesmo nível dos que havia visto no Velho Mundo, de onde regressara após realizar uma pós-graduação. Acreditava, como continua a acreditar, que a catalogação e a conscientização são os primeiros passos para a criação de um sistema de proteção do patrimônio que congregue a sociedade civil e o poder público no resgate de sua identidade.

O catálogo baiano se inseria em um movimento mais amplo de renovação das práticas de preservação no país, iniciado na transição dos anos 60 para 70. Naquela época, o Governo Federal já não dava conta sozinho da proteção de todo o patrimônio do país, privilegiando Minas Gerais e Rio de Janeiro, o que provocava natural zelo nos demais estados. Tocou a alguns homens públicos do Nordeste modificar essa situação criando programas alternativos. Assim, o governador Luiz Viana Filho instituiu, em 1968, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, mantida com parte dos *royalties* da exploração do petróleo, primeira do gênero no país. Seu sucessor, o governador Antonio Carlos Magalhães, endossa e apóia, em 1973, a sugestão de realização de um inventário do patrimônio baiano que contemplasse não apenas os bens tombados pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan –, mas todos aqueles que tivessem interesse cultural, dando origem ao Programa de Preservação e Aproveitamento do Patrimônio Cultural da Bahia, subordinado à Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado.

No plano federal, o ministro piauiense Reis Veloso implementaria, no mesmo ano, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Programa das Cidades Históricas do Nordeste em convênio com o Sphan, destinado a preservar e reabilitar centros históricos da região em função do turismo. Dois anos depois, o pernambucano Aloísio Magalhães criaria, com as bênçãos do ministro Severo Gomes, o Centro Nacional de Referência Cultural, subordinado ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Como se nota, o patrimônio deixava de ser uma preocupação exclusiva da área cultural do Governo Federal e passava a interessar às autoridades econômicas e governos estaduais, sem prejuízo das atribuições do Sphan.

A idéia do inventário artístico e cultural, em que se inspirou o nosso, nasce com a Revolução Francesa, como forma de coibir o saque e a destrui-

ção das obras de arte, após a derrubada do antigo regime. A França e a Alemanha estruturaram seus serviços de inventários, ainda no início do século passado.² No Brasil, a Bahia foi pioneira na realização de listagens visando a preservação de bens culturais com a criação, em 1927, da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, Lei 2032.

No ano seguinte, Pernambuco cria lei semelhante, mas como a anterior com vida curta pela falta de respaldo constitucional. Com a criação do Sphan, em 1936, uma das primeiras preocupações de Rodrigo Melo Franco de Andrade foi iniciar a catalogação do patrimônio nacional como fundamento à proteção legal dos mesmos. Por limitações orçamentárias foi priorizado o levantamento de Ouro Preto, Salvador e do antigo Distrito Federal, incluindo a cidade do Rio de Janeiro. Coube a Godofredo Filho, primeiro delegado do órgão na Bahia, a elaboração da listas de monumentos de Salvador.

O trabalho seria estendido, pouco depois, a São Paulo, sob a responsabilidade de Mário de Andrade; Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, coordenado por Gilberto Freire; Ceará e Goiás, confiado a José Rescala; e Rio Grande do Sul, executado por Augusto Meyer. Tratava-se, naturalmente, de listagens elaboradas com critérios variados destinadas a adoção das primeiras medidas legais de proteção. O arquiteto Lúcio Costa, do Sphan, tenta uniformizar esses critérios, em 1940, com a elaboração de uma ficha padrão, que contudo não vingaria.³

Mas os inventários contemporâneos, que visam conscientizar e facilitar a gestão, a cooperação e o intercâmbio cultural são uma experiência relativamente nova, surgida na Europa no final da década de 60, motivada pela necessidade de integração socioeconômica e cultural da comunidade continental. Teve aquele servidor baiano a sorte de ser aluno de Pietro Gazzola, um dos fundadores do *Counseil International of Monuments and Sites* – Icomos –, e um dos líderes da campanha europeia em prol dos inventários culturais, com quem teve oportunidade de discutir a realização de um inventário semelhante no Brasil. Assim, três anos após a difusão das normas do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu – IPCE –, iniciava-se na Bahia o *Inventário de Proteção do Acervo Cultural: v. 1 – Monumentos de Salvador*, publicado em 1975, um dos primeiros realizados segundo aquelas normas.

O inventário baiano foi além, desenvolvendo uma metodologia própria de avaliação do estado de conservação dos edifícios, que não constava das normas do IPCE e reproduzindo obrigatoriamente suas plantas, como requisito para o desenvolvimento de estudos tipológicos e propostas de restau-

ração e refuncionalização.⁴ Incluía, também, bens reiterativos de valor referencial e não apenas os de valor excepcional, comumente classificados como monumentos, como faz a maioria dos órgãos nacionais, inclusive o nosso atual Iphan. O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA) é um catálogo que supera as exigências do IPCE para inventários de proteção, isto é, destinados a fundamentar as primeiras medidas de salvaguarda. Ele, na verdade, se adentra no estudo dos monumentos e sítios.

O sucesso nacional da publicação do primeiro volume do Inventário baiano asseguraria a continuidade do projeto nas administrações estaduais subsequentes. Com uma visão preservacionista integrada, o Projeto de Preservação e Aproveitamento do Patrimônio Cultural não se restringiria à catalogação, promovendo também a restauração e conversão funcional dos monumentos mais ameaçados da Bahia, como a Quinta do Tanque, o Convento e Igreja do Carmo de Cachoeira, o solar número 13 da rua 13 de Maio da mesma cidade, a Alfândega/Mercado de Salvador, o Museu de Monte Santo e o Solar Paraíso de Santo Amaro, entre outros monumentos, que sem essa atenção teriam desaparecido.⁵

Para a implementação do IPAC-BA foi imprescindível a chancela da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Estado, nas três administrações do governador Antonio Carlos Magalhães, e de seus sucessores Roberto Santos e João Durval Carneiro, bem como o apoio financeiro do Programa das Cidades Históricas do Nordeste-Septan/Sphan e da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep –, do Governo Federal.

O inventário baiano resultou do trabalho pertinaz e dedicado de uma equipe integrada, em diferentes períodos, pelos arquitetos Esterzilda Berenstein de Azevedo, Francisco Soares Senna, Manuel Humberto S. Silva, Maria das Graças Nunes, Odete Dourado e Vivian Lene Costa, sob o comando do professor Paulo Ormino de Azevedo, seu idealizador e coordenador até sua finalização em 1999. Três desses colaboradores, despertados pela pesquisa, seguiriam o magistério na Universidade Federal da Bahia.⁶ Não pode ser esquecida também a dedicação dos técnicos Vera Barbosa, Jónatas Nascimento e Ariosvaldo da Silva e das secretárias Radija Chucate Braga e Lícia Rebouças. Visando despertar o interesse dos mais jovens, recrutou-se numerosos estagiários de arquitetura para participarem dos trabalhos e inventariação, especialmente das áreas mais próximas a Salvador, como o Recôncavo, onde o deslocamento dos alunos, nos finais de semana, não prejudicava o acompanhamento das aulas. Muitos desses jovens colaboradores se especializariam, mais

tarde, na conservação de monumentos e sítios.

Conscientes do pioneirismo e visando unificar a metodologia de inventários culturais que começavam a se difundir no país, a equipe do IPAC-BA/Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo promoveu em Salvador, em 1980, o *I Encontro sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural*, copatrocinado pelo Sphan e Fundação Roberto Marinho. Embora seu documento final não tivesse caráter normativo, muitos órgãos culturais iniciaram inventários tendo como referência o IPAC-BA, a exemplo do Iphan e das fundações de patrimônio dos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão e de alguns municípios, dentre os quais se destaca o de São Paulo. A equipe realizou e publicou, em 15 anos, cinco volumes de inventários sobre as principais áreas culturais do estado.⁷ O mesmo grupo publicou ainda em igual período dois volumes de projetos e memórias de restauro: *Proposta de valorização de três monumentos baianos* e *A alfândega e o mercado: memória e restauração*, além da realização das obras já citadas.⁸

Em 1987, aproveitando a oportunidade de participar do Grupo de Trabalho para Formular Sugestões sobre a Defesa do Patrimônio para a Constituinte, proposto ao Sphan e presidido pelo conselheiro Modesto Carvalhosa, seu coordenador logrou incluir entre aquelas sugestões a figura do inventário como instrumento de defesa do patrimônio. Com base nesse princípio constitucional e em outras contribuições suas ao aperfeiçoamento da nossa legislação de proteção, uma comissão do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, coordenada pela arquiteta Márcia Santana e contando com a colaboração do assessor jurídico Carlos Amorim, aquele e outros técnicos elaboraram uma proposta inovadora de legislação estadual de proteção, que infelizmente não foi encaminhada pelo Executivo à Assembléia Legislativa.⁹ Segundo aquele anteprojeto, os bens inventariados, na sua maioria manifestações reiterativas com valor referencial, gozariam de um regime de tutela flexível e menos oneroso para o estado. O tombamento, com todo o seu rigor, só seria aplicado aos bens excepcionais, singulares e insubstituíveis. Com o mesmo espírito, a reabilitação e a gestão dos centros históricos se fariam segundo um regime de competência compartilhada entre o município, o estado e a União, como prevê a Constituição de 1988, utilizando basicamente os instrumentos de planificação urbana.

Um balanço dessa experiência revela que o IPAC-BA retratou, em 25 anos de trabalho, a riqueza e diversidade de um patrimônio edificado desconhecido da maioria dos baianos, contribuindo para a sua preservação, não só

pela criação de uma consciência favorável, como por ações concretas de reabilitação promovidas pelo poder público e por particulares. Ainda que alguns desses monumentos tenham sido, ou venham a ser destruídos pela ação do tempo, incúria das autoridades ou usura de seus proprietários, ficará uma memória histórica, gráfica e iconográfica dos mesmos, que desafiará os estudiosos a relacioná-la com o quadro social e cultural da época, permitindo uma melhor compreensão da nossa história e identidade.¹⁰ O inventário, a par de sua divulgação e proteção, tem sido uma fonte indispensável na pesquisa das tipologias das edificações baianas e morfologia de nossos centros históricos. A professora Esterzilda Berenstein de Azevedo, com base no levantamento executado por ela própria no âmbito do IPAC-BA, defendeu duas teses universitárias sobre os engenhos de açúcar do Recôncavo baiano.¹¹ Seu ex-coordenador está atualmente desenvolvendo pesquisa tipológica sobre a arquitetura religiosa baiana tendo como fonte primária a documentação reunida pelo IPAC-BA.

Essa trajetória, contudo, não foi sempre plana e suave. A partir da segunda metade da década de 80, o sistema brasileiro de preservação entraria em crise, reflexo da instabilidade político-econômica do país e do avanço das idéias neoliberais de redução do setor público. O Programa das Cidades Históricas do Sphan/Seplan, uma das fontes de financiamento do IPAC-BA, seria desativado; o Sphan dissolvido e substituído pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC –; a maioria dos serviços estaduais de preservação desativada e o nosso centro histórico e outros reduzidos a ruína, apesar dos maciços investimentos realizados anteriormente. O Programa de Preservação e Aproveitamento do Patrimônio Cultural da Bahia também sofreria as conseqüências dessa política, tendo o seu nome mudado para Projeto de Estudo do Acervo Turístico – PEAT –, sinalizando objetivos mais pragmáticos e promocionais, o que não alteraria os objetivos da equipe. O projeto teria seu quadro técnico reduzido a um terço, seria marginalizado no processo de informatização estadual, privado de veículo para deslocar-se para o campo e submetido a sucessivas mudanças de instalações.

Foram anos de resistência para não deixar que se perdesse uma mapoteca com cerca de 3.500 plantas em escalas 1:50 e 1:100, e numerosos mapas urbanos e rurais; fototeca com 20.000 negativos 6x6 cm e quase o dobro de contatos e ampliações devidamente catalogados; 2.000 fotolitos e um sem número de fichas de pesquisa em arquivos e bibliotecas da capital e do interior e anotações de campo contendo descrições, memórias orais e dados legais. Temia-se que essa documentação tivesse o mesmo fim dos arquivos e biblio-

tecas do Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador – EPUCS –, da Fundação para o Desenvolvimento das Ciências na Bahia, do Centro Regional do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Crinep – e do Instituto de Ciências Sociais da UFBA, entre outras instituições baianas, que não deixaram rastro.

Não fosse a indefinição administrativa do destino do PEAT durante cerca de oito anos, já teria sido concluído o inventário de todo o estado e realizada sua primeira atualização, instrumento fundamental para a sua eficiente gestão do patrimônio edificado baiano. Apesar dessas limitações e para não deixar o projeto morrer, a pequena equipe do PEAT esquadrinhou, nesse período, discretamente como convém nessas circunstâncias, 300 mil e 627 km² das terras mais secas e desprovidas de estradas da Bahia, área maior que a dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro juntos, utilizando por empréstimo carros e facilidades de outros departamentos da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, conseguindo por meio de relações interpessoais.

Com a criação da Secretaria da Cultura e Turismo, em 1995, o PEAT seria transferido para a mesma, despertando grandes esperanças, embora tivesse de cumprir quarentena de quase dois anos, como estranho no ninho, na antiga secretaria, por alegada falta de local para funcionar. Embora persistindo a mesma carência de pessoal, a Secretaria da Cultura e Turismo, no afã de dar um ponto final ao projeto, proporcionaria durante os anos de 1997 e 1998 as condições mínimas que permitiriam concluir o inventário de todo o estado.¹² Realizou-se ainda, no mesmo lapso de tempo, a atualização, apresentação gráfica e editoração do sexto volume da série *Monumentos e sítios das mesorregiões Nordeste, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste Baianos*.¹³ Infelizmente não foi possível, com apoio de apenas um arquiteto e um técnico e uma secretária editar também o sétimo e último volume da série, como era desejo do secretário, inclusive porque realizava-se contemporaneamente o término dos trabalhos de campo. Em consequência desse fato e da política de concentrar a ação do estado nos incentivos fiscais à cultura, o PEAT seria extinto.

As dificuldades enfrentadas pelo inventário, em seus últimos 10 anos, decorreram não só do encolhimento do setor público e transferência de atribuições do estado para o setor privado, através da renúncia fiscal, como de concepções divergentes do que seja um inventário.¹⁴ Para os responsáveis pela política cultural do estado, uma enciclopédia ilustrada dos monumentos baianos, um produto de prestígio mas sem aplicação prática. Para a equipe PEAT, o inventário era um processo de reconhecimento de valores, de conscientização

e gestão patrimonial, na sua acepção mais ampla. Um instrumento interativo de conservação, que deveria ser a base de uma política patrimonial mais preventiva que reparadora, com enorme economia de recursos e valores patrimoniais, já que sem assistência os monumentos acabam se perdendo. Essa política contudo nunca foi implementada devido à falta de interlocutores.

Com a mesma concepção, a maioria dos órgãos nacionais de patrimônio, inclusive o Iphan, realiza seus catálogos sem a preocupação de transformá-los em uma coleção de livros, em um produto cultural. São considerados atividades meio, permanentemente atualizados e aprofundados. O Inventário Geral dos Monumentos e Riquezas Artísticas da França, iniciado em meados do século passado, continua sendo desenvolvido e não se pensa paralisá-lo. O mesmo se diga de catálogos mais recentes de outros países europeus. Optou-se pela publicação do IPAC-BA como forma de assegurar a vigilância da sociedade sobre o seu patrimônio, permitindo às futuras gerações saberem o que possuímos, destruímos ou deixamos perder, o que dá no mesmo.

Diante da dissolução do PEAT, tentou-se assegurar, minimamente, a preservação do material coletado nesses 25 anos, rica fonte de pesquisa, trabalho e consulta por instituições e investigadores acadêmicos. Como alternativa ao envio do seu acervo de dados, cartografia e imagens para o Arquivo Público do Estado, a equipe remanescente do PEAT propôs que ele fosse confiado ao Centro de Arquitetura da Bahia – CEAB/UFBA –, onde poderia ser atualizado e ampliado mediante convênio com outras instituições ou a mesma secretaria. Face a recusa dessa solução, seu ex-coordenador desenvolveu o projeto de um Centro de Referência Cultural da Bahia, subordinado à mesma secretaria, proposta finalmente aceita, conciliando interesses turísticos e culturais, mediante a divulgação de seu banco de imagens e dados pela internet e outras mídias.

O Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade 1999, na categoria Inventário de Acervos e Pesquisa, outorgado pelo Iphan ao “Arquiteto Paulo Ormino de Azevedo e Equipe do Projeto de Estudos do Acervo Turístico da Bahia (PEAT) pela Concepção e Desenvolvimento do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia” reveste-se de um enorme significado para seus autores, pois representa o reconhecimento nacional ao pioneirismo e persistência de uma pequena equipe em prol da cultura da nação. Confirma, ainda que tardiamente, o reconhecimento da Unesco à excelência do trabalho, ao confiar, em 1979, a seu coordenador a formulação dos termos de referência do inventário da cidade de Potosí, na Bolívia, como pré-requisito para sua

candidatura a Patrimônio da Humanidade.

Este ex-servidor estadual está convencido que os 25 anos de vida que dedicou a essa atividade, embora implicando na renúncia a outros projetos igualmente importantes, não foram jogados fora. Ajudaram a construir e preservar um patrimônio mais amplo e diversificado da Bahia e dotá-la do único índice taxionômico patrimonial de um estado brasileiro, firmando uma referência para trabalhos da mesma natureza em todo país. O inventário básico de nosso patrimônio edificado está concluído, o que nos conforta, mas aumenta dramaticamente a nossa responsabilidade. A partir de agora, não podemos mais alegar que não sabemos o que possuímos e o que devemos preservar.

NOTAS

1. Receberam o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade para ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, edição 1999, em solenidade realizada em 17.11.99 no Teatro Nacional de Brasília, além do arquiteto Paulo Ormino de Azevedo e equipe do Projeto de Estudos do Arquivo Cultural da Bahia, na categoria Inventários de Acervos e Pesquisa; Paulo e Maria Cecília Geyer, na categoria Apoio Institucional e Financeiro; Fundação Cultural da Cidade do Recife, na categoria Divulgação e Difusão; Centro Cultural Luiz Freire, de Olinda, na categoria Educação Patrimonial; padre Pedro Nunes de Almeida, na categoria Preservação de Bens Móveis e Imóveis; e Fundação Casa de Cultura Marabá, do Pará, na categoria Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico. Participaram também da solenidade o ministro da Cultura, Francisco Weffort, e o presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Carlos Henrique Heck, entre outras autoridades.
2. *L'inventaire Général des Monuments et des Richesses Artistiques de la France*. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication, 1978.
3. Sobre o assunto vide AZEVEDO, Paulo Ormino de. "Inventário de Proteção: A experiência pioneira do IPAC-BA" in MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz Resende (org.) *Inventários de Identificação*. Brasília: IPHAN, 1998, e "IPAC-Bahia; Experiência Brasileira" in *Anais do 1º Congresso latino-americano sobre Cultura Arquitetônica e Urbanística*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
4. Essa metodologia e normas estão transcritas em anexo ao *IPAC-BA, v. II, Monumentos e Sítios do Recôncavo, 1ª parte*. Salvador: SIC, 1978.
5. A restauração da Alfândega/Mercado Modelo recebeu o Prêmio Instituto de Arquitetos da Bahia/Secretaria de Cultura do Estado, edição 1989.
6. São eles, por ordem de ingresso na UFBA: Esterzilda B. de Azevedo, Odete Dourado, Manuel Humberto S. Silva e Francisco S. Senna.
7. Os volumes publicados nesse período foram: *IPAC-BA, v. I, Monumentos do Município de Salvador*. Salvador: SIC, 1975, 324 p., 2ª ed., 1984, e 3ª ed., 1998; *IPAC-BA, v. II, Monumentos e Sítios do Recôncavo, 1ª parte*. Salvador: SIC, 1978, 286 p., 2ª ed., 1982, e 3ª ed., 1998; *IPAC-BA, v. III, Monumentos e Sítios do Recôncavo, 2ª parte*. Salvador: SIC, 1982, 389 p., 2ª ed., 1998; *IPAC-BA, v. IV, Monumentos e Sítios da Serra Geral e Diamantina*. Salvador: SIC, 1980, 398 p., 2ª ed., 1998; *IPAC-BA, v. V, Monumentos e Sítios do Litoral Sul*. Salvador: SIC, 1988, 434 p.

8. Bahia. *Proposta de valorização de três monumentos baianos*. Salvador: SIC, 1974, e AZEVEDO, Paulo Ormindó de: *A alfândega e o mercado: memória e restauração*. Salvador: SIC/Conder, 1985.
9. Sobre o assunto vide: AZEVEDO, Paulo Ormindó de. "Contribuição à criação de uma legislação específica para setores monumentais" in *Anais do II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1973.
10. A metodologia adotada e os resultados alcançados pelo IPAC-BA foram saudados por intelectuais e técnicos de insofismável competência como Pedro Calmon, Robert Smith, Deocleciano Ridig de Campos, George Kubler, Mário Barata, José Augusto França, Roberto Pane e outros, quando do lançamento dos primeiros volumes e reproduzidos nas *orelhas* dos respectivos. Segundo o professor Paulo F. Santos, o IPAC-BA é "repositório colossal de informações, em cima do qual arquitetos, urbanistas, sociólogos não de debruçar-se no futuro para a elaboração de estudos básicos para entendimento de nossa formação sociocultural".
11. A primeira do mestrado, junto a UFBA, publicada sob o título *Arquitetura do açúcar* (São Paulo/Brasília: Studio Nobel/INI, 1990). A segunda de doutorado, com o título *Açúcar amargo*, defendida junto a USP em 1996 e atualmente em fase de editoração.
12. Levantou-se nesse período os últimos 83 mil 772 km² do estado, onde foram inventariados cerca de 240 edifícios de interesse cultural.
13. *IPAC-BA, v. VI, Monumentos e Sítios das Mesorregiões Nordeste, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste Baianos*. Salvador: SCT, 1999, 416 p.
14. Exemplo do primeiro caso é a transferência de grande parte das atribuições do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia para a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – Conder –, órgão encarregado da administração de praticamente todas as obras do estado. Exemplo de renúncia do estado a uma política cultural é o programa Fazcultura, que transferiu ao mercado a escolha dos projetos que financiará. Em consequência disso, só projetos que tenham um grande apelo para a mídia obtêm os recursos que o estado deixou de recolher, em detrimento de estudos e projetos mais consistentes.